Ofício n° 001/2025

A Senhora
MARINA MILHOMEM SOUZA
Acadêmica pós-graduanda
marinams033@gmail.com

Assunto: Resposta à solicitação de dados.

Senhora,

Em atenção à solicitação de informações quanto aos dados sobre políticas públicas realizadas no Condomínio Popular Morar Melhor, para subsidiar o artigo de conclusão de curso da especialização *lato sensu* em Políticas Públicas e Tutelas dos Vulneráveis no âmbito do Ministério Público.

Informo-vos o que segue:

a. **Qual o número aproximado de moradores do condomínio ?**

O Condomínio Residencial Morar Melhor é composto por 2.512 unidades habitacionais, dividido em 157 blocos com 16 apartamentos cada. A média de pessoas por família na região Norte do Brasil é de 3,3 habitantes por domicílio, de acordo com o Censo 2022. Este número é maior do que a média nacional, que é de 2,79 pessoas por domicílio.

Sendo assim, estima-se que no Residencial Morar Melhor existam cerca de 8.289 pessoas. A Secretaria de Estado de Assistência e do Desenvolvimento Social de Rondônia – SEAS/RO ainda não conta com levantamento populacional que represente a realidade local, principalmente pelos inúmeros entraves ocasionados pelo domínio do território por facção criminosa que outrora ocorreu.

b. **Qual a média de renda familiar dos residentes ?**

Dados ainda não fornecidos pela SEAS. Contudo, há previsão de que ocorra no segundo semestre de 2025 um levantamento socioeconômico sobre a comunidade do Residencial Morar Melhor, visto que, agora, em face da implementação do Plano Aliança Pela Vida – Moradia Segura, o cenário se encontra mais favorável para a atuação da secretaria em tela.

Nesse caso, existe o perfil traçado pelo programa Minha Casa Minha Vida, conforme a faixa de renda da pessoa. Contudo, grande parte dos residentes atuais não são mais os beneficiários originais.

c. Quais delitos eram mais comuns no condomínio?

Relacionado a este território, o Residencial Morar Melhor, o mecanismo de domínio através do medo protagonizado por facções impossibilitou a existência destes dados, visto que os populares eram proibidos de registrar ocorrências e/ou solicitar intervenção policial militar no local, mas o fenômeno de subnotificação é importante ser citado.

d. **Qual o quantitativo de prisões efetuadas ? Entre os detidos, quantos eram de facções criminosas?**

Antes do Programa (01/06/2024 a 25/12/2024):

- Ocorrências registradas: 185
- Armas de fogo apreendidas: 03
- Prisões: 09
- Perturbação: 17 (sem atendimento devido a demanda reprimida)
- Tráfico ou posse de entorpecentes: 05
- Após Início do Programa (26/12/2024 a 12/06/2025):
- Ocorrências registradas: 417
- Armas de fogo apreendidas: 06
- Prisões: 42
- Perturbação: 08 (todas atendidas pelas volantes)
- Tráfico ou posse de entorpecentes: 16

Análise de Resultados:

Aumento significativo no número de ocorrências: De 185 para 417, o que mostra um aumento de 125% no volume de registros. Esse aumento pode ser resultado de um maior controle, maior vigilância ou uma resposta mais eficiente das autoridades, devido ao programa.

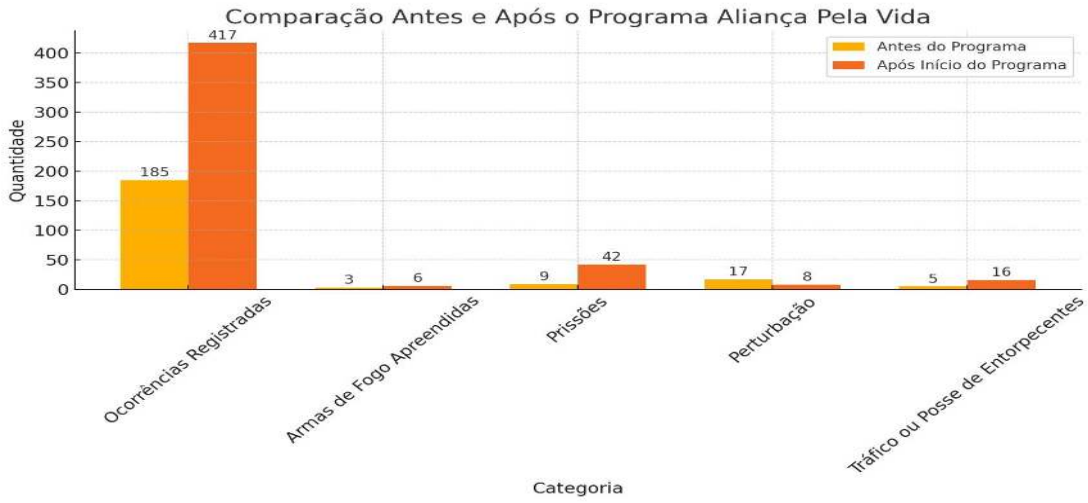
Armas de fogo apreendidas: Um pequeno aumento de 03 para 06 armas apreendidas, o que mostra um esforço na redução do porte ilegal de armas.

Número de prisões: Houve um aumento significativo nas prisões, de 9 para 42, o que sugere que o programa foi eficaz no combate a crimes e na captura de infratores.

Perturbação: A queda de 17 para 08 ocorrências (e todas atendidas) indica uma melhoria na capacidade de resposta a esse tipo de demanda, possivelmente devido à implementação do programa.

Tráfico ou posse de entorpecentes: O aumento de 5 para 16 ocorrências pode ser reflexo de uma abordagem mais focada nesse tipo de crime.

Essa comparação sugere que o Programa Aliança pela Vida trouxe uma resposta mais ativa e eficiente em vários aspectos, como no aumento de apreensões, prisões, e no atendimento a ocorrências de perturbação. O aumento nas ocorrências de tráfico pode indicar maior efetividade na identificação desses crimes.



É preciso considerar o fenômeno de "migração para outras áreas" que ocorreu no caso do Morar Melhor, com o início da implementação do Plano Aliança Pela Vida - Moradia Segura, muitos dos faccionados foram para outros residenciais.

Durante essa migração, retiravam-se, também, armas e outros possíveis objetos ilícitos (como drogas). O residencial Morar Melhor era uma espécie de base oficial da congregação criminosa, com a intervenção das forças de segurança, a necessidade de migrar para outros locais os desestabilizou. Com isso, apreensões de drogas e armas fora do residencial podem ter sido maximizadas por este fenômeno, essa migração não era só um efeito colateral previsto, mas um objetivo nosso, cuja finalidade era desestabilizar.

e. Quais as organizações criminosas predominantes no condomínio popular Morar Melhor?

Predominantemente o Primeiro Comando da Capital - PCC. Acontece que, com o tempo, facções menores se fundiram ao PCC.

f. **Houve apreensão de armas e drogas? Se sim, qual o quantitativo desde o início da operação** ?

RESPONDIDO NO ITEM D

g. **Quais ações de políticas públicas/ plano de ação / programas sociais foram adotados a fim de mitigar o controle das organizações criminosas (policiamento comunitário, programas sociais, reurbanização)?**

O Plano Aliança Pela Vida – Moradia Segura consiste em ações intersetoriais que envolvem diversos atores sociais. No que diz respeito ao Residencial Morar Melhor, o início se deu em 26 de dezembro de 2024, através da Operação SUFOCARE, realizada pelo Comando de Policiamento Regional 1, com o apoio de outras forças policiais como Polícia Penal e Politec.

A operação supracitada focou em alvos pré-determinados pelas agências de inteligência, apontados como integrantes da facção criminosa PCC, além das ações da Companhia de Água e Esgoto de Rondônia – CAERD, como também da ENERGISA, empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica. CAERD e ENERGISA subsidiaram a operação quanto aos furtos qualificados de energia e água.

A Defensoria Pública do Estado de Rondônia, já no dia 26 de dezembro de 2024, iniciou o acompanhamento do Plano Aliança Pela Vida, exercendo sua função dentro da comunidade.

Após a Operação SUFOCARE – marco inicial da implementação do Plano Aliança Pela Vida no Residencial Morar Melhor – iniciou-se a realização de policiamento ostensivo pela PMRO, 24h por dia, no território em questão. A dinâmica do policiamento também foi orientada conforme a realidade local (território sob domínio de facção), consistindo em reiteradas abordagens policiais, fiscalização de indivíduos monitorados por tornozeleira eletrônica, qualificação de indivíduos, identificação de unidades habitacionais utilizadas para ”justiçamento” pela congregação criminosa, identificação de unidades habitacionais utilizadas como esconderijo para marginais e/ou res furtiva, identificação de unidades habitacionais abandonadas, além da aproximação entre forças policiais e comunidade.

O Plano Aliança pela Vida, instituído pelo Decreto nº 30.022 de 2025 em Rondônia, consiste em: ações transdisciplinares, intersetoriais dos mais variados atores sociais, presume a construção de políticas públicas sob a ótica do combate às facções nas habitações de interesse social, prima pela retomada e /ou ocupação dos territórios para que o sistema normativo imposto seja o estatal é sobre mitigar a existência de lacunas (ocasionadas pela

operacionalização não efetiva de políticas públicas) que propiciem o estabelecimento de facções criminosas lançamos mão de duas estratégias dentro do Plano:

a. INTERVENÇÃO EM TERRITÓRIOS OCUPADOS POR FACÇÕES- a intervenção é o objeto sobre o qual vc se debruça
b. OCUPAÇÃO ORIENTADA PELAS FORÇAS POLICIAIS

h. **Havia o recrutamento de jovens e crianças pelas organizações criminosas?**

Sim e continua acontecendo.

i. Houve resistência por parte dos moradores?

Menos do que o esperado, essa menor resistência por parte dos moradores, entendemos que pode ser pela dinâmica de atuação da facção PCC que não alimenta vínculos comunitários. Tem o objetivo exclusivo de capitalizar com as inúmeras atividades ilícitas praticadas pela organização no Morar Melhor, não se percebeu profundidade na relação entre facção/faccionados e comunidade.

Tanto que no Orgulho do Madeira, onde o domínio é do Comando Vermelho, a reação da comunidade com relação à atuação policial militar é totalmente diferente

j. Quais órgãos governamentais estiveram envolvidos na formulação da operação?

-

k. Quais as maiores dificuldades enfrentadas durante a operação?

Residencial verticalizado; domínio do medo pela facção; ausência de dados fidedignos sobre quem habita as unidades; envolvimento dos demais atores sociais; recursos humanos; recursos financeiros e orçamentários.

l. Quais mudanças foram percebidas após a implementação da operação?

Aproximação da comunidade com as forças policiais; criação de vínculo com a população; compartilhamento de informações de interesse da segurança pública por parte dos populares; vida noturna e maior circulação de crianças nos espaços de lazer; reabertura de empreendimentos e abertura de novos

Percepções adicionais.

OCUPAÇÃO ORIENTADA PELAS FORÇAS POLICIAIS

É uma estratégia conjunta elaborada e executada através do Plano Aliança Pela Vida – Moradia Segura, que consiste em planejar (previamente), programar (conforme as especificidades) e organizar (comunitariamente) o processo relacionado à habitação nas HIS, sob a ótica do combate a facções.

Residencial Porto Fino, localizado na zona leste de Porto Velho, bairro Jardim Santana.Conta com 304 unidades, sendo dividido em 19 blocos com 16 apartamentos cada. População estimada (após 100% de ocupação) em 1.003 pessoas.

- Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal.
- Estratégia utilizada: Ocupação Orientada Pelas Forças Policiais (01.05.2025).
- Órgão Executor da Política Habitacional: SEMUR.
- Facção: Sem domínio de facções.
- Status: Em manutenção.

As Habitações de Interesse Social, em todo Brasil, são objetos de desejo das congregações criminosas, sendo, atualmente, em grande parte, territórios ocupados por facções.

O enfrentamento e combate às facções perpassa, prioritariamente, pela retomada, controle e domínio de territórios.

Conforme a Caixa Econômica Federal, o Residencial Porto Fino, que conta com 304 unidades habitacionais, teve o investimento de R$ 20,6 milhões de reais, através do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, em sede do Programa Minha Casa Minha Vida.

Cada unidade custou 67,8 mil aos cofres públicos, estima-se que em residenciais do mesmo porte do Porto Fino, mais de cinquenta por cento das unidades não estão com os beneficiários do programa, ela preconiza que a política habitacional esteja realmente transversalizada com política de segurança pública

CAP QOAPM HELINE ABREU BRAGA DO NASCIMENTO

gov.br
Documento assinado digitalmente
HELINE ABREU BRAGA
Data: 26/09/2025 16:23:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br